



## **PLANO DE ACTIVIDADES DO SPGL PARA O ANO DE 2010-2011**

**(aprovado em AGS do dia 13/1/2011)**

### **1º PERÍODO: O QUE JÁ SE FEZ, O FUTURO QUE É NECESSÁRIO PREPARAR**

#### **1. Acção Reivindicativa**

O ano lectivo de 2010-2011 começou, para os docentes, como de resto para a esmagadora maioria dos portugueses, com péssimas “notícias”. Após as anteriores medidas de “austeridade”, foi aprovado um Orçamento de Estado assente em violentas medidas contra os trabalhadores da Administração Pública e, portanto, contra os professores e educadores. Entre essas medidas destacam-se o corte nominal nos salários (entre 3 e 10% para salários líquidos superiores a 1500 euros), a ameaça de redução em 20% no número de trabalhadores da Administração Pública, que deixa antever um recrudescimento do desemprego docente concretizado através de medidas como a supressão no currículo das áreas não disciplinares como o estudo acompanhado e a área de projecto, a obrigatoriedade de os professores bibliotecários terem uma turma, reduções nas horas a atribuir aos assessores da direcção, a aceleração da constituição dos megagrupamentos e muitas outras. Muito grave para os docentes foi também a decisão de anular o acordo conseguido com o ME no que diz respeito a progressões e reposicionamento na carreira, bem como a não realização do concurso extraordinário para ingresso e mobilidade na carreira a que o ME se tinha igualmente comprometido.

A este ataque o movimento sindical respondeu com uma manifestação dos trabalhadores da Administração Pública, em 6 de Novembro, na qual se integraram docentes, tendo o SPGL estado presente com significativo número de professores e educadores. Esta manifestação, num sábado à tarde, ficou marcada por uma boa presença dos sindicatos da FENPROF.

A nível global, foi convocada uma greve geral para o dia 24 de Novembro. O SPGL manifestou desde o início a sua concordância com esta forma de luta, tendo defendido convictamente nos lugares próprios a necessidade de tentar a convergência com a UGT, o que se veio a conseguir, ao contrário do que aconteceu no dia 6 de Novembro – facto que não deixará de merecer a necessária discussão. Na preparação dessa greve toda a estrutura do SPGL se empenhou através de inúmeras reuniões nas escolas – o seu registo pode ser consultado na nossa página da Internet – e de toda a forma de propaganda, em articulação com a FENPROF. Correspondendo a sinais oriundos de muitas escolas, o SPGL empenhou-se na

realização do “Espectáculo da Greve”, tendo assumido a totalidade das despesas inerentes à sua concretização.

A Greve Geral foi, inequivocamente, uma excelente jornada de luta. O ensino esteve entre os sectores mais afectados uma vez que a maioria das escolas, por todo o país, esteve de facto encerrada e as que estiveram abertas funcionaram de forma muito precária por falta de professores, de trabalhadores não docentes e de alunos.

Sabemos que não há correspondência necessária entre o encerramento de escolas e a adesão de docentes à greve. Nesse sentido, enviámos às escolas/agrupamentos o pedido de fornecimento dos dados relativos a esta greve geral.

Também o “Espectáculo da Greve”, organizado pelo SPGL, foi um sucesso não só pelo número de pessoas presentes mas também pelo entusiasmo com que decorreu.

A defesa dos direitos laborais e a luta contra as medidas contra os trabalhadores e contra a generalidade da população inscritas no Orçamento de Estado obrigam a que se planeie a continuação da luta após a “Greve Geral”. Nesse sentido, o SPGL apresentará ao Secretariado Nacional da FENPROF a necessidade de acções específicas dos professores e educadores, nomeadamente em torno da redefinição do horário de trabalho e de permanência nas escolas e de medidas tendentes a minorar os aspectos negativos do modelo de avaliação de desempenho. No Ensino Superior defenderá a concretização das mudanças de escalão remuneratório, cuja produção de efeitos se reporta a datas anteriores a 1/1/2011; a aplicação do regime transitório aprovado na revisão das carreiras docentes e a abertura de concursos.

O SPGL defenderá a adesão da FENPROF e da CGTP-IN a uma eventual greve a desenvolver simultaneamente em todos os países da Europa (ou na maioria desses países), hipótese que tem vindo a ser aventada mas ainda não confirmada. Neste campo de conjugação de lutas nacionais com lutas internacionais, o SPGL esteve presente com elevado número de docentes na Jornada de Luta Europeia de 29 de Setembro. Ficou a ideia de que é necessário aprofundar esta coordenação internacional para lutas futuras. Impor a retirada dos planos de austeridade que cada governo está a levar à prática, submetendo-se aos interesses dos especuladores, deve ser tarefa dos sindicatos, como afirmação da sua independência face aos governos e às instituições comunitárias.

No âmbito da FENPROF desenvolveram-se inúmeros contactos institucionais, quer a nível da Assembleia da República, quer a nível partidário, bem como com outros sindicatos de docentes – de que resultou um apelo conjunto para a adesão à greve geral – e com outras estruturas ligadas à educação – de que resultou o recente comunicado condenando as medidas previstas no OE reduzindo drasticamente as verbas destinadas ao ensino e aos apoios sociais prestados pelas escolas. Na sua área específica, o SPGL desenvolveu contactos com os municípios abrangidos pelas medidas de constituição dos mega-agrupamentos. A Frente de Contratados e Desempregados do SPGL desenvolveu intensa actividade junto das instituições parlamentares e políticas com o objectivo de denunciar a situação de precariedade em que se encontram muitos docentes.

Em conjunto com os outros sindicatos da FENPROF, o SPGL envolveu-se na comemoração do Dia Mundial do Professor, quer na sessão que decorreu em Lisboa, na Escola Secundária Camões, quer na sessão de homenagem a Salvado Sampaio que decorreu no Fundão.

## **2. CONFEDERAÇÃO SINDICAL INTERNACIONAL (CSI)**

Dando continuidade à decisão da direcção de defender a adesão da CGTP-IN à CSI, o SPGL participou com uma intervenção do seu presidente na “Conferência Sindical Internacional: CSI 2010 – Novos caminhos para sair da crise”, que decorreu no passado dia 6 de Novembro, no Hotel Zurique, em Lisboa.

## **3. INTERVENÇÃO EM PROJECTOS INTERNACIONAIS**

O SPGL continuou a sua participação no projecto Grundtvig, tendo organizado em Julho um seminário sobre formação sindical, para o qual contou com a colaboração da CGTP, e várias visitas a universidades portuguesas, em colaboração com a Universidade de Aveiro, iniciativas destinadas aos parceiros franceses, espanhóis e eslovacos, e assumiu relevância no projecto “Interacção e Multiculturalidade”, que envolve vários sindicatos e outras organizações de vários países da Europa com o objectivo de troca de experiência quanto ao modo como a Escola “trabalha” as diferentes culturas que nela coexistem. Este projecto estender-se-á ao longo dos 2º e 3º períodos.

## **4. INFORMAÇÃO E LIGAÇÃO COM OS SÓCIOS. ORGANIZAÇÃO**

Além do elevado número de reuniões em escolas já realizadas, sobretudo no âmbito de preparação da Greve Geral, o SPGL manteve a sua actividade tradicional de distribuição da sua revista Escola/Informação, com a publicação média de 3 números em cada período lectivo, a sua presença na Internet, e o envio de abundante informação para as escolas, dirigentes e delegados sindicais.

Nos termos dos nossos estatutos, foi convocada ainda no mês de Outubro a Assembleia Geral de Sócios que decidiu por unanimidade a adesão do SPGL à Greve Geral. Realizou-se uma Assembleia de Delegados Sindicais (descentralizada), tendo-se realizado outra em Dezembro, dando cumprimento à decisão da Assembleia Geral de Sócios.

Realizou-se já em Dezembro uma reunião plenária da Direcção para análise da situação político-sindical e para tomar algumas decisões de índole organizativa e administrativa.

Realizaram-se ainda – e continuarão a realizar-se – reuniões dos diferentes sectores e das diversas estruturas das direcções regionais.

**5.** Ao longo deste 1º período concluímos, com a atribuição dos prémios, o concurso “Educação Sexual - um direito”, concurso que proporcionou a participação de várias escolas da nossa área sindical.

Também a circulação pelas escolas da Exposição “11 Mulheres na República” constitui um sucesso pelo número de escolas que a solicitaram e pelas referências elogiosas que tem merecido.

**6.** Foi realizada com êxito uma exposição sobre jornais escolares, no âmbito de uma nova perspectiva para a chamada “galeria” do SPGL.

## **7. UM NOVO SEGURO DE SAÚDE – REFORÇAR A LIGAÇÃO AO SINDICATO**

Após longas negociações, e limitadas pelo contexto financeiro que o Orçamento de Estado imporá inevitavelmente ao movimento sindical no próximo ano (provavelmente nos próximos anos), o SPGL celebrou um protocolo com a MGEN, uma mútua constituída fundamentalmente por professores franceses. O protocolo assegura excelentes condições aos sócios do SPGL, tendo-se iniciado já a campanha de divulgação dos termos do acordado. O SPGL envolverá a sua estrutura no sucesso deste acordo junto dos docentes, não só como medida de fidelização dos sócios actuais como um pretexto para novas sindicalizações.

Neste âmbito, e para estudar novos campos de intervenção da MGEN no nosso país, uma delegação do SPGL deslocou-se a França, a convite da MGEN.

## **2º E 3º PERÍODOS**

### **1. ACÇÃO REIVINDICATIVA**

Tal como atrás já foi referido, o SPGL considera que, para além da necessária continuação da resistência às medidas de austeridade e de recessão económica que o governo quer impor, luta essa que terá de ser pensada e articulada com a CGTP-IN e envolver todos os trabalhadores portugueses, e para além de eventuais formas de luta de dimensão transnacional, os professores e educadores portugueses deverão lutar pela racionalização dos seus horários, de modo a que seja possível ser professor, e empenhar-se na denúncia das perversidades que resultarão da aplicação do actual modelo de avaliação de desempenho. A denúncia da precariedade, traduzida também no aumento relativo dos professores contratados

face à estratégia do ME de combater a existência de quadros de agrupamento, terá também de estar no centro das reivindicações.

A defesa da ADSE deverá, também, estar no centro da actividade do SPGL, em participação activa com as actividades de luta a desenvolver no seio da Frente Comum.

No Ensino Superior, o SPGL continuará a acompanhar activamente os processos de aprovação e aplicação dos regulamentos de avaliação do desempenho, designadamente, com o objectivo de assegurar que os seus efeitos nas mudanças de escalão salarial efectivamente se concretizem, com efeitos reportados às datas que a lei estabelece. A correcta aplicação dos regimes transitórios das carreiras revistas e a abertura de concursos para lugares de professores de carreira são também prioridades do SPGL no ensino superior público. No ensino superior particular e cooperativo, o SPGL pugnará pela aprovação urgente de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes negociado.

No âmbito da Ciência, o SPGL pugnará pela redução da precariedade dos contratos de muitos investigadores, pela revisão do estatuto da carreira de investigação científica e por um melhor apoio à actividade de investigação. O SPGL dará ainda uma particular atenção à necessidade de melhoria da situação dos bolseiros de investigação.

O SPGL empenhar-se-á na realização da Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação prevista para os primeiros meses de 2011.

O SPGL defenderá a realização de acções de reclamação e impugnação dos vencimentos, por alturas da recepção do primeiro vencimento sujeito ao anunciado “roubo”, de acordo com a decisão do SN da FENPROF, como forma de afirmar a sua determinação na exigência do pagamento dos salários por inteiro.

O SPGL incentivará os docentes a denunciar todas as situações de conflito provocadas pelo actual modelo de avaliação de desempenho ajudando deste modo a construir a resistência e a mobilização que há-de levar à suspensão do mesmo e à sua substituição por uma avaliação justa e propiciadora do imprescindível clima de colegialidade nas escolas para que estas possam ter o melhor desempenho possível.

O SPGL apoiará e incentivará a luta dos docentes contratados pelo seu direito à vinculação e estabilidade. O SPGL exige a abertura do concurso extraordinário de docentes no ano de 2011, assente no número de vagas adequado às reais necessidades das escolas, e o direito à vinculação de acordo com a Lei Geral do Trabalho.

No Ensino Particular e Cooperativo e IPSS's o SPGL continuará a participar activamente nos vários processos de negociação colectiva, nomeadamente no CCT do EPC com a AEP, CCT das IPSS's com a CNIS, com a ANESPO (escolas profissionais) e Acordos de Empresa com a União das Misericórdias.

Entre os objectivos reivindicativos salientam-se a luta contra o aumento da duração da carreira, contra a caducidade dos contratos, pelo cumprimento dos horários, por

aumentos salariais dignos, pela substituição do actual modelo de gestão por outro que garanta a democracia nas escolas e ainda pela recuperação integral do tempo de serviço para todos os efeitos.

O atendimento na sede e o apoio contencioso aos sócios e a realização de plenários e reuniões nas escolas continuarão a ser objectivos da intervenção do SPGL nesta área do ensino particular e cooperativo.

## **2. UM GRANDE ENCONTRO EM FEVEREIRO**

Está já em adiantada fase a preparação de um encontro a realizar em Fevereiro em torno dos caminhos da escola e da identidade profissional docente. Pensada para 300 a 400 participantes, estamos a aguardar a resposta de alguns dos intervenientes convidados para proceder à sua divulgação.

## **3. JORNADAS PEDAGÓGICAS**

Manter-se-á o formato dos anos anteriores. Em Janeiro será divulgado o calendário das acções.

## **4. FORMAÇÃO SINDICAL**

Está a ser preparado um conjunto de acções que possibilitem aos quadros mais recentemente chegados às lides sindicais uma formação teórica, histórica e prática que lhes permita uma melhor compreensão da realidade e lhes proporcione uma intervenção mais eficaz.

**5. A COMISSÃO PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS** continuará a desenvolver acções de formação sindical para os dirigentes nesta área; continuará também as acções de Sensibilização/Formação destinadas a dirigentes, delegados sindicais e sócios na sede e na delegação de Santarém. Continuará a desenvolver actividades várias neste campo.

**6. APOSENTADOS:** O departamento de aposentados continuará a defender as reivindicações gerais aprovadas pela FENPROF e CGTP-IN como a valorização das pensões, o direito a uma assistência médica e medicamentosa adequada, alargada ao direito ao acesso aos cuidados continuados a cidadãos em dependência, no domicílio ou em instituições. Desenvolveu e continua a desenvolver um variado conjunto de actividades sociais, culturais e de lazer.

## **7. NOTAS SOBRE A SINDICALIZAÇÃO, SITUAÇÃO FINANCEIRA E ORGANIZACIONAL**

O corte nos salários, a redução do dinheiro disponível pela via do aumento dos impostos e da redução das deduções fiscais em sede de IRS e o ambiente de crise profundamente instalado deixam antever enormes dificuldades para a vida dos sindicatos.

A diminuição nominal dos salários implicará uma diminuição do valor da quota sindical, situação agravada pelo acrescido número de sócios que se vão aposentar e por uma previsível taxa de dessindicalização, fruto das dificuldades económicas das famílias. Estes “danos” poderão ser atenuados por um bom trabalho de sindicalização e de fidelização dos sócios, nomeadamente dos que se aposentam - o que neste momento já acontece, com o contacto que é feito com os sócios em vias de aposentação – mas, realisticamente, o SPGL apresentará ao Conselho Fiscal um orçamento para 2011 em que prevê que as receitas sofram uma queda de 9,5%.

O aumento da dessindicalização é já visível no 1º período.

Esta situação tem sido contrabalançada por uma gestão muito rigorosa e por uma contenção das despesas bem como pelo adiamento de alguns investimentos. Esta gestão rigorosa permitirá encerrar o ano de 2010 ainda com um saldo positivo. Mas há fortes possibilidades de o ano de 2011 ser encerrado com um saldo orçamental negativo.

De salientar o excessivo peso que os encargos com salários e despesas anexas têm no orçamento do sindicato, o que tem levado a uma política de não substituição dos trabalhadores que, por diversos motivos, deixaram de trabalhar connosco. A revisão do regulamento interno, concluída já no final do ano lectivo passado, permitiu racionalizar procedimentos e aumentar a eficácia no trabalho. A direcção regista com enorme satisfação o modo como a generalidade dos trabalhadores do SPGL tem reagido às dificuldades, e tem a certeza de que com eles conseguiremos encontrar soluções para os problemas inevitáveis.